



SÚMULA DO PARECER TÉCNICO Nº 38.944/11/TAEM

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Av. Prof. Frederico Hermann Jr., 345 - CEP 05459-900 - São Paulo - SP
C.N.P.J. nº 43.776.491/0001-70 - Insc.: Est. nº 109.091.375-118 - Insc. Munic.: nº 8.030.313-7
Site: www.cetesb.sp.gov.br

DOCUMENTO: Processo SMA 13.693/98
INTERESSADO: Camargo Corrêa Cimentos S.A.
ASSUNTO: Licença Ambiental prévia – LP para ampliação das áreas de lavra de argila
MUNICÍPIO: Apiaí

1. INTRODUÇÃO

Trata-se da Súmula do Parecer Técnico nº 38.944/11/TAEM elaborado pelo Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental - TA, para subsidiar o licenciamento ambiental prévio da ampliação de áreas de lavra e depósitos de material estéril do referido empreendimento.

A ampliação da atividade minerária tem como objetivo o fornecimento de matéria-prima, argila, para a fábrica de cimento Portland da Camargo Corrêa Cimentos, que opera no município de Apiaí desde 1974.

2. DESCRIÇÃO DO EMPREENDIMENTO

Trata-se da extração de minério nas minas localizadas nos Sítios denominados Vieira e Pirizal, contíguas à unidade industrial e a aproximadamente 1,5 km da área urbana de Apiaí. O método empregado para extração é a lavra a céu aberto, por escavação mecânica, em bancadas, a meia encosta.

Toda a infraestrutura de apoio, acessos, além das instalações necessárias ao processo de beneficiamento serão as mesmas que atendem à atual produção de cimento.

As rotas entre as estruturas de mineração, ou seja: minas, depósito de estéril, sistema de drenagem (bacias de decantação) e a fábrica, consistem em estradas restritas à área do empreendimento, confinando dessa forma os impactos à área do complexo mineiro-industrial e eliminando a convivência da comunidade local com o trânsito de veículos pesados.

Prevê-se, com a ampliação, a extração de 3,265 Mt de minério, vida útil de 9 anos, ampliação dos depósitos de estéril em 223.000 m³ e área de intervenção prevista para a Mina Vieira (34 ha) e Pirizal (26 ha) de 60 ha, contabilizando as interferências necessárias para as áreas de lavra, depósitos de estéril, acessos e sistema de drenagem.

Toda a operação de lavra é terceirizada, sendo que em termos de utilização de mão-de-obra, atualmente, o quadro possui 17 funcionários, com regime de trabalho em dois turnos com 8 h cada, operando de segunda a sexta-feira.

3. AVALIAÇÃO DOS PRINCIPAIS IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

Em relação à **compatibilidade com os aspectos legais**, foi apresentada a manifestação da Prefeitura Municipal de Apiaí, que demonstra a conformidade do empreendimento com as diretrizes de uso e ocupação do solo. Quanto à regularidade no Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM, foram apresentadas as Publicações, no Diário Oficial da União, da concessão de lavra de argila, nos Sítios Vieira e Pirizal, concedida pelo Ministério das Minas e Energia.

A fim de mitigar os potenciais impactos de **alteração do sistema cárstico**, que ocorre a jusante das áreas de lavra, onde foram encontradas 9 cavidades, foi solicitado, para a próxima fase do licenciamento: a) Programa de Monitoramento da Eficiência das Bacias de Decantação, uma vez que estas são responsáveis pela retenção dos sólidos provenientes das áreas de lavra, que teriam o potencial de colmatção das cavidades; b) Projeto que contemple a adoção de medidas e financiamento de ações, para a Conservação e o Uso do Patrimônio Espeleológico, das cavernas encontradas no entorno das minas, em

consonância ao Decreto Federal 6.640/08, art. 4º § 4º; e c) Programa Sócio Ambiental que contemple o potencial turístico, cultural e de educação ambiental do conjunto de cavernas.

A circulação de águas pluviais pelo empreendimento, incorporando óleos, graxas e partículas sólidas, carreando estes materiais para as drenagens naturais e aquíferos cársticos, associada à presença de grande área com solo exposto (60 ha), ao desmatamento e ao alto índice pluviométrico da região, **podem resultar na indução a processos de dinâmica superficial e alteração da qualidade das águas superficiais e subterrâneas**. Visando gerenciar tais impactos, foi proposta: a) supressão de vegetação ajustada ao cronograma de avanço da atividade; b) revegetação de taludes concomitantemente ao desenvolvimento da lavra; c) implantação e conservação do sistema de drenagem; e d) manutenção da estabilidade geotécnica dos taludes. Foi solicitado ao empreendedor, para a próxima fase do licenciamento, detalhamento do Programa de Controle e Monitoramento da Qualidade das Águas e um Plano de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento.

Quanto ao meio biótico, será necessária a supressão de 14,85 ha de Floresta Ombrófila Densa e 2,33 ha de reflorestamento com sub-bosque composto por vegetação nativa. Como forma de compensar e mitigar a **perda de cobertura vegetal e a interferência pretérita em Áreas de Preservação Permanente - APP**, foi determinada a revegetação, com espécies nativas, em 135,53 ha (sendo 34,36 ha para atendimento da Resolução SMA 86/09, 41,17 ha para atendimento da Resolução SMA 130/10 e 60 ha para atendimento da Lei Federal 11.428/06), além da revegetação como forma de compensar interferências pretéritas (intervenção em APP e supressão de vegetação nativa). Os projetos de revegetação e a quantificação das áreas onde ocorreram interferências pretéritas deverão ser apresentados na fase de LI. Visando acompanhar a efetividade dos plantios compensatórios deverá ser realizado o monitoramento dos plantios. Foi solicitado ainda que, na averbação da Reserva Legal da propriedade, seja incluída a área existente no entorno da Gruta do Morcego, dada a significativa riqueza e diversidade de espécies verificadas durante os estudos bioespeleológicos.

Em relação à fauna silvestre os estudos identificaram 23 espécies ameaçadas de extinção, pertencentes aos grupos mastofauna (12 espécies), avifauna (10 espécies) e cavernícola (1 espécie de morcego), conforme Decreto Estadual 56.031/10. Visando mitigar e monitorar as **interferências com a fauna terrestre e aquática** deverão ser adotadas medidas como: a) adoção de Programa de Supressão da Vegetação contemplando o acompanhamento e ordenamento da supressão e o resgate e translocação das espécies da fauna silvestre; b) realização de campanhas sazonais para Monitoramento da Fauna (mastofauna, herpetofauna, avifauna, ictiofauna, invertebrados bentônicos e fauna cavernícola); e c) implantação de Programa de Educação Ambiental com os funcionários.

Foi previsto o impacto de **degradação da paisagem**, podendo afetar o patrimônio paisagístico, histórico e turístico local. Em relação à Mina Vieira, visível do bairro Motocross, foi proposta a implantação de cortina vegetal. Em relação à Mina Pirizal, localizada em porções mais elevadas e visível de vários pontos do núcleo urbano de Apiaí, entendeu-se como medida mitigadora a supressão de vegetação nativa e a revegetação, concomitantes à atividade minerária. Foi solicitada a apresentação de Programa de Comunicação Social, a fim de informar à população sobre as atividades extrativas, os programas de controle e mitigação relacionados, as medidas de revegetação e recuperação da área, além do cronograma de atividades.

No que se refere a **interferências em patrimônio arqueológico**, de acordo com o Parecer 40/04 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como o empreendimento está inserido em área classificada como alto potencial arqueológico, será necessária a continuidade dos estudos e implantação de Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva.

4. PROGRAMA DE COMPENSAÇÃO AMBIENTAL

Foi deliberado, na 16ª Reunião da Câmara de Compensação Ambiental – CCA, a aplicação do valor de Compensação Ambiental no Parque Natural Municipal do Morro do Ouro, criado em 28/01/04, pelo Decreto Municipal 003/2004. Este tipo de Unidade de Conservação, segundo a Lei Federal nº 9.985/00, é passível de recebimento desses recursos.

O montante a ser destinado à UC deverá ser revisto, para a próxima fase do licenciamento, quando deverão ser considerados os valores a serem gastos para atendimento das medidas de revegetação compensatória exigidos pela legislação ambiental, conforme estabelecido no Parágrafo 1º, do Artigo 3º da Resolução CONAMA 371/06. Para a emissão da Licença Ambiental de Implantação deverá ser firmado o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental – TCCA com a SMA.

5. CONCLUSÃO

Em função do exposto, entende-se que o empreendimento é ambientalmente viável, desde que sejam atendidas as medidas propostas no EIA, além das exigências do Parecer Técnico nº 38.944/11/TAEM. Nestes termos, a equipe do TA submete ao CONSEMA a apreciação e deliberação sobre a concessão da Licença Ambiental Prévia – LP para a ampliação das áreas de lavra de argila, sob responsabilidade da Camargo Corrêa Cimentos S/A.

São Paulo, 05 de maio de 2011

Eng. Civ./Amb. **Maria Silvia Romitelli**
Gerente do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental – TA
Reg. 4755 CREA 062.252/D